



Supremo ainda conserva Habeas que trata de liberdade de

O documento mais antigo guardado pelo Supremo Tribunal Federal é um manuscrito denominado Causa de Libelo, datado de 1799, de Relação. Trata-se de um pedido de reconhecimento de uma escrava. Restaurado com o intuito de preservar sua história, é considerado uma relíquia e está em boas condições de conservação, sob supervisão dos analistas do Tribunal.

Partindo do princípio de que preservar o acervo de documentos do STF, por meio de sua Secretaria de Documentação, é essencial para a conservação e o acesso ao seu patrimônio documental. São mais de cinco mil metros lineares de documentos e quilômetros de informação empilhados e dispostos em arquivos que referem-se a arquivos de caráter histórico.

Outro arquivo histórico de grande relevância é o Protocolo de 1815, época da Casa de Suplicação, no qual uma mulher conseguiu anular os tratados do marido. O juiz responsável pelo caso acatou o pedido do casal. Foi uma decisão polêmica e corajosa para a época, garantindo ao marido em direitos e obrigações.

Desde o século XIX já se falava em reconhecimento de filiação. A Ação de Libelo 15, de 1840, armazenada nas estantes do STF, trata de uma mulher que pediu para ser reconhecida como filha natural de João de Deus, com direito à herança. A outra parte tentou provar a infidelidade e as suspeitas sobre sua filiação. Ela, no entanto, demonstrou a verdade e foi duradouro, conseguindo a sentença ao seu favor.

Também integra o arquivo permanente do STF o Habeas Corpus de Olga Benário, então esposa do militar e político Carlos Prestes, pediu um indulto para não ser extraditada. Foi concedida pelo Supremo e Olga, acusada de crimes políticos durante o período do Estado Novo, foi devolvida ao país de origem. Ela foi vítima de extermínio de Bernburg.

Datado de 3 de junho de 1936, o documento apresenta o caso de Olga Benário, expulsada do país. Ela estava presa na Casa de Detenção de Curitiba, após a Intentona Comunista de novembro de 1935 e por ser considerada nociva aos interesses do país. No HC, a defesa argumentou que ela estava grávida e sua devolução à Alemanha significaria o reconhecimento de poder de um governo estrangeiro.



Revolução Federalista

Outro habeas corpus armazenado no arquivo histórico 415. O processo foi impetrado em 1893 pelo advogado Almirante Eduardo Wandenkolk e outros oficiais reformistas Cruz, Laje e Villegaignon, acusados de crime militar no Júpiter. O pedido de soltura dos acusados foi, no entanto,

Os acusados teriam assumido o comando da embarcação durante a conspiração contra o Governo Floriano Peixoto, reformista Federalista, deflagrada no Rio Grande do Sul. Na petição de formação da culpa e imunidade parlamentar para o senador jurista sustentou incompetência do foro militar para julgar deveriam ser julgados pela Justiça comum.

Segundo a coordenadora de Gestão Documental e Memória, Campelo Bezerra, a Lei 8.159/1991 define o dever de preservar a documental e a proteção especial aos documentos de administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e à informação. Vale ressaltar a importância de permitir o acesso a esse legado onde está depositada parte da história.

De acordo com Kathya Bezerra, os registros históricos da descrição do conteúdo, são higienizados, restaurados, ambiente climatizado e acondicionados em caixas e invólucros. A documentação possui um laboratório, referência em Brasília, para documentos que necessitam de alguma intervenção para preservação.

A digitalização é outra medida de preservação adotada para os processos históricos e os livros de andamentos práticos. Um dos importantes fatores para a adoção da digitalização de documentos em torno de 20 a 30% de todo o acervo possa ser digitalizado, relevantes, passíveis de pesquisa e de preservação, e de acesso.

A organização da memória documental da Corte, inicia-se com a responsabilidade da Seção de Arquivo, que conta hoje com sete servidores que integram o grupo quatro estagiários de Arquivologia com deficiência, contratados por meio de convênio assinado com a Associação Amigos dos Excepcionais (Apae) do Distrito Federal, para a organização dos documentos.

A documentação do arquivo do Supremo é dividida em administrativa e judiciário podem ser encontrados os processos originários e os processos históricos relativos às atividades do Supremo (de 1890 a 1891) e do Supremo Tribunal Federal (de 1891 até os dias atuais).

Já no acervo administrativo é possível consultar documentos do Supremo Tribunal referentes às áreas de recursos humanos, material de expediente e de comunicação.



e administração geral. Alguns processos anteriores à Brasília, em 1960, estão sob a guarda do Arquivo Nacional.

A história armazenada no arquivo do STF pode ser acessada pelo direito de requisitar processos e informações de seus arquivos sigilosos, o acesso é restrito e o pedido deve ser encaminhado aos arquivos que encerram sigilo são guardados em um cofre por determinadas pessoas.

As consultas podem ser feitas na Seção de Arquivo, do Supremo. Também é possível fazer consultas a distância por fax ou por e-mail (aCcom iivmf@srtnia g ãess br a). Assessoria de

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-jan-23/supremo-tribunal-federal>